



RELATÓRIO DE GESTÃO 2015 / 2016
Ministro Og Fernandes
Corregedor Geral da Justiça Federal

I. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL;

II. CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS; e

**III. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
FEDERAIS.**

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

O Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro Og Fernandes, apresenta o relatório de gestão de suas atividades durante o período de 5 de outubro de 2015 a 30 de agosto de 2016.

Cabe lembrar que a Corregedoria-Geral da Justiça Federal é órgão que funciona junto ao Conselho da Justiça Federal – CJF, de acordo com a Lei 11.798/2008. Nos termos do art. 7º, inciso I, da citada lei, compete ao Corregedor-Geral da Justiça Federal apresentar relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria-Geral durante o ano judiciário. O citado relatório foi apresentado ao Colegiado do CJF em sessão realizada em 07 abril de 2016.

Neste Relatório de Gestão, adicionalmente, o Ministro Corregedor-Geral enfatiza as ações realizadas para a eficácia e o bom desempenho das atividades da Justiça Federal por intermédio dos seguintes órgãos sob sua competência:

1. Corregedoria-Geral da Justiça Federal;
2. Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU; e
3. Centro de Estudos Judiciários – CEJ.

1 - CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

A Secretaria da Corregedoria-Geral apresenta os resultados decorrentes da fiscalização dos tribunais regionais federais e do controle da atividade judiciária durante sua administração.

Neste item, o Corregedor-Geral presta contas de sua gestão apresentando: o fluxo processual da Secretaria da Corregedoria, os processos administrativos sob sua relatoria, os números relativos ao atendimento ao cidadão, os assuntos tratados pelo Fórum de Corregedores, as inspeções, as correições e as autoinspeções, o uso da tecnologia da informação no gerenciamento dos sistemas da Justiça Federal e das estatísticas judiciais.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

A Corregedoria Geral da Justiça Federal teve o seguinte fluxo processual:

Quadro 1 – fluxo processual

CLASSES PROCESSUAIS	TOTAL POR CLASSE PROCESSUAL	
	2015	2016
Representação por Excesso de prazo	33	30
Processo de Corregedoria	4	2
Pedido de Providências	6	13
Processo de Procedimento Normativo	11	23
Processo Administrativo Comum	21	5
Processo de Controle Administrativo	2	4
Recurso Disciplinar de Magistrado	1	6
Sindicância	0	0
Reclamação Disciplinar	0	0
Inspeção	1	4
Correição	2	2
Total Geral	81	89

O Quadro I apresenta o quantitativo processual relativo a entrada de processos do ano judiciário de 2015 dos meses de janeiro a dezembro. Do ano judiciário de 2016, o levantamento foi realizado de janeiro a julho.

Durante a gestão foram abertos 4 processos de inspeção relativos aos Tribunais Regionais Federais das 2ª 3ª 4ª, e 5ª Regiões.

Da realização dessas inspeções, foram abertos os seguintes processos relativos aos TRFs:

- PCO-2015/226 - Inspeção no TRF da 4ª Região;

- PCO-2016/15 - Inspeção no TRF da 2ª Região;
- PCO-2016/26 - Inspeção no TRF da 3ª Região; e
- PCO-2016/36 - Inspeção no TRF da 5ª Região.

Cada um desses processos mencionados geram processos de acompanhamento por unidade inspecionada.

PROCESSOS RELATADOS PELO MINISTRO CORREGEDOR-GERAL

O Ministro Corregedor-Geral relatou os seguintes processos em sessões ocorridas no Conselho da Justiça Federal.

Sessão do dia 12 de novembro de 2015

- ✓ Processo CJF-PES-2014/00095 - Questionamento sobre a necessidade ou não de devolução de diferença de anuênios percebidos a maior pela servidora Imavanda Bezerra de Sousa, do quadro de pessoal do CJF.
- ✓ Processo CJF-ADM-2014/00503 - Requerimento de diversas associações representativas de magistrados federais solicitando o pagamento de passivo trabalhista referente à não revisão anual dos subsídios no período de janeiro/2007 a janeiro/2010.
- ✓ Processo CJF-PCO-2014/00177 – Pedido de reforma de decisão do Pleno Administrativo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que permitiu a compensação de plantão após o término do exercício e proposta de alteração da Resolução n. 70, de 26 de agosto de 2009, que disciplina a compensação de plantão.

Sessão do dia 14 de dezembro de 2015

- ✓ Processo CJF-PCO-2012/00169 – Reclamação disciplinar em desfavor de desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

- ✓ Processo CJP-PCO-2013/00032 - Procedimento de Controle Administrativo interposto pelo Juiz Federal Roberto Wanderley Nogueira contra ato do Tribunal Regional Federal da 5ª Região referente à concessão de abono de permanência.
- ✓ Processo CJP-PPP-2015/00009 - Recurso Administrativo interposto pelo Juiz Federal Fernando Américo de Figueiredo Porto contra ato do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que indeferiu o seu pedido de remoção externa.
- ✓ Processo CJP-PCO-2014/00012 - Recurso Administrativo interposto pelo SINDJUFE/BA contra decisão do Corregedor-Geral da Justiça Federal que não conheceu do Procedimento de Controle Administrativo apresentado pelo recorrente.
- ✓ Processo CJP-PCO-2015/00155 - Requerimento da AJUFE solicitando a revisão da Resolução n. 175, de 16 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos magistrados da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- ✓ Processo CJP-ADM-2015/00474 - Consulta formulada pelo Grupo de Trabalho de Precatórios acerca do índice a ser utilizado na atualização monetária de requisitórios de natureza tributária, em face da decisão do STF nas ADIS n. 4.357 e 4.425/DF.
- ✓ Processo CJP-ADM-2015/00249 - Proposta de resolução que dispõe sobre alteração de dispositivos da Resolução n. 1, de 20 de fevereiro de 2008.
- ✓ Processo CJP-ADM-2015/00251 - Proposta de resolução que dispõe sobre alteração de dispositivos da Resolução n. CJP-RES-2013/00233, que trata do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais – PNA.

- ✓ Processo CJF-ADM-2015/00440 - Proposta de resolução que dispõe sobre a aprovação do Programa Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal – PNC para o biênio 2015/2016.
- ✓ Processo CJF-ADM-2015/00487 - Programação anual das inspeções a serem realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no exercício de 2016.

Sessão do dia 17 de fevereiro de 2016

- ✓ Processo CJF-PCO-2012/00169 – Recurso interposto em reclamação disciplinar em desfavor de desembargador do Tribunal Regional da 3ª Região.
- ✓ Processo CJF-PCO-2012/0016 – Recurso interposto na reclamação disciplinar em desfavor de desembargador Federal do Tribunal Regional da 3ª Região.
- ✓ Processo CJF-PCO-2013/00032 – Processo de Controle Administrativo interposto pelo Juiz Federal Roberto Wanderley Nogueira contra ato do Tribunal Regional Federal da 5ª Região referente a concessão de abono permanência.
- ✓ Processo CJF-PES-2012/00095 – Questionamento sobre a necessidade ou não de devolução de diferença de anuênios percebidos a maior pela servidora Imavanda Bezerra de Sousa do Quadro de Pessoal do CJF.
- ✓ Processo CJF-PPP-2015/00009 – Recurso Administrativo interposto pelo Juiz Federal Fernando Américo de Figueiredo Porto contra ato do então Corregedor-Geral da Justiça Federal, que manteve a decisão do Tribunal Federal da 3ª Região que indeferiu o seu pedido de remoção externa.

Sessão do dia 7 de abril de 2016

Processo n. CFJ-ADM-2016/00104 - Relatório de atividades das secretarias vinculadas à Corregedoria-Geral da Justiça Federal no exercício de 2015.

Processo n. CJF-PCO-2015/00226 - Relatório da Inspeção realizada no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Processo n. CJF-PPN-2014/00046 - proposta de alteração de dispositivos do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, anexo da Resolução n. CJF-RES-2015/000345, de 2 de junho de 2015.

Processo n. CJF-PPN-2014/00045 - proposta de alteração da Resolução n. CJF-RES-2015/00347, de 2 de junho de 2015, que trata da compatibilização dos regimentos internos das turmas recursais e das turmas regionais de uniformização dos juizados especiais federais e da atuação dos magistrados integrantes dessas turmas com exclusividade de funções.

Sessão do dia 3 de maio de 2016

Processo n. CF-PCO-2012/00170 - Recurso Administrativo interposto contra decisão do então Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Sessão do dia 6 de junho de 2016

Processo n. CJF-PCO-2016/00006 - Recurso Administrativo interposto pelo Juiz Federal Mário de Paula Franco Júnior contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que indeferiu o seu pedido de remoção externa.

Processo N. CJF-PPN-2015/00043 - Proposta de resolução que regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

Processo n. CJF-PPN-2013/00026 - Proposta de resolução que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução CJF n. 67, de 3 de julho de 2009, que trata do concurso público para investidura no cargo de juiz federal substituto.

Processo n. CJF-ADM-2013/00238 - Requerimento da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – Fenajufe solicitando esclarecimento quanto ao teor do art. 2º da Resolução n. CJF-RES-2015/00343.

Sessão do dia 23 de junho de 2016

Ausência justificada do Ministro Corredor à sessão do CJF.

Sessão do dia 8 de agosto de 2016

- ✓ Processo n. CJF-ADM-2012/00170 - Representação administrativa para apuração da responsabilidade de desembargador federal.
- ✓ Processo n. CJF-ADM-2016/00044 - Representação ético-disciplinar.
- ✓ Processo n. CJF-PCO-2016/00015 - Inspeção no Tribunal Regional Federal da 2ª Região ocorrida no período de 11 a 20 de abril de 2016.

No quadro 2 a seguir, é apresentado o quantitativo dos processos julgados pelo Colegiado do Conselho da Justiça Federal durante o período.

Quadro 2 – Sessões e processos julgados pelo Colegiado

PROCESSOS JULGADOS PELO COLEGIADO	
SESSÕES DO CJF EM 2015	
Data	Quantidade
12 de novembro	8
14 de dezembro	16

SESSÕES DO CJF EM 2016	
Data	Quantidade
17 de fevereiro	5
7 de abril	10
3 de maio	11
6 de junho	8
23 de junho	7
8 de agosto	10
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS PELO COLEGIADO	75

Excetuados os processos adiados, os sobrestados e os com pedido de vista.

Adotando o princípio da publicidade das decisões, os extratos das certidões de julgamento de todos os processos julgados pelo Conselho da Justiça Federal encontram-se no endereço <http://www.cjf.jus.br/cjf/sessoes-do-cjf>

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O link *Fale com a Corregedoria-Geral*, disponível na página da Corregedoria-Geral da Justiça Federal no Portal do CJF na internet, disponibiliza, como endereço eletrônico para contato, o e-mail correge@cjf.jus.br, para que dúvidas sejam encaminhadas pelo cidadão ou jurisdicionado. Na gestão do Ministro Og Fernandes, as dúvidas relativas à competência da Corregedoria-Geral e ações cabíveis no âmbito dessa instituição são dirimidas pelo telefone (61) 3022-7215.

As demandas por informação desse período via telefone provieram dos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia (jurisdição do TRF da 1ª Região), São Paulo (jurisdição do TRF da 3ª Região) e Rio de Janeiro (jurisdição do TRF da 2ª Região), a maioria versando sobre morosidade processual e como fazer uso da Representação por Excesso de Prazo.

De outubro a dezembro, foram respondidos 73 correios eletrônicos a respeito de como ter acesso ao Judiciário no âmbito federal. No período de janeiro a julho de 2016, foram respondidos 119 correios eletrônicos de cidadãos que buscaram informações junto à Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Quando a dúvida do cidadão não é de competência da Corregedoria-Geral, o setor responsável lhe oferece informações indicando as formas possíveis para que o acesso ao Judiciário se concretize por meio da atuação do órgão administrativo ou jurisdicional competente. Neste período, os cidadãos foram instruídos a fim de que se socorressem também dos seguintes órgãos e entidades do sistema de justiça nacional: Seccionais da OAB (comissão de direitos humanos), Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, ouvidorias e corregedorias dos tribunais de justiça e Defensoria Pública da União.

Assim, o atendimento ao cidadão, além de dirimir as dúvidas rotineiras, possui aspecto educativo, ao explicar como funciona o Sistema de Justiça, que inclui os órgãos e as entidades operadoras do Direito.

TWITTER – criação de conta institucional na rede social “twitter” para divulgação dos trabalhos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, com atualização semanal do conteúdo, objetivando dar maior transparência.

FÓRUM DE CORREGEDORES

O Fórum Permanente de Corregedores reuniu-se em 29 julho de 2016. A seguir são apresentados os temas apreciados na sessão do Fórum de Corregedores:

- ✓ Assistência Judiciária Gratuita. Necessidade de relativa uniformização quanto aos critérios de cadastramento de peritos. Resolução CNJ n. 233, de 13 de julho de 2016.
- ✓ Questões relativas ao Projeto de reestruturação da Justiça Federal.
- ✓ Processo Administrativo n. 2010180012. Interação das cinco regiões para cadastro de usuários do processo digital. Provimento n. 15, de 9 de dezembro de 2014, da Corregedoria-Geral.

- ✓ Autorização de compensação de dias trabalhados em plantão: substituição a distância de magistrados, por três dias ou mais, em subseções judiciárias em que o juiz está sozinho no período solicitado para afastamento.
- ✓ Frequência a cursos pelos juízes: limite de cursos de curta duração (até 10 dias) realizados por magistrados de primeira instância (por trimestre/semestre/ano).
- ✓ Possibilidade de compensação de plantão eletrônico em caso de apreciação de pedido remotamente. Resolução n. CJF-RES-232/2013: compensável somente plantão realizado nas dependências da sede da seção ou subseção, mediante relatório do diretor da secretaria.
- ✓ Possibilidade de compensação em dias sucessivos por período prolongado. Resolução n. CJF-RES-232/2013: limite anual total de 15 dias, ressalvados os plantões realizados durante o recesso forense.
- ✓ Afastamento para elaboração de dissertação ou tese, com defesa oral, em curso de pós-graduação. Resolução CNJ 64/2008, proposta de resolução aprovada pelo CJF em 26/4/2015 no Processo CJF-PCO 2013/00062, ainda não editada.

INSPEÇÕES E CORREIÇÕES

INSPEÇÕES

Foram realizadas quatro inspeções instauradas pelas seguintes portarias:

- ✓ CJF-POR-2015/00531 - Inspeção no TRF da 4ª Região - período de 22 de fevereiro a 2 de março de 2016.

- ✓ CJP-POR-2016/00099 - Inspeção no TRF da 2ª Região - período de 11 a 20 de abril de 2016.
- ✓ CJP-POR-2016/00158 - Inspeção no TRF da 3ª Região - período de 30 de maio a 10 de junho de 2016.
- ✓ CJP-PCG-2016/00001 - Inspeção no TRF da 5ª Região - período de 15 a 19 de agosto de 2016.

As inspeções abrangeram as unidades dos Tribunais Regionais Federais, a saber: os gabinetes das presidências, das vice-presidências, das corregedorias regionais e dos desembargadores.

Além das mencionadas unidades, foram inspecionadas as escolas da magistratura, as unidades de conciliação, as coordenadorias, as seções e as turmas.

Também foram submetidas a inspeção as seguintes unidades administrativas: controle interno, gestão de pessoas, tecnologia da informação, estatística, segurança, transporte e distribuição.

No quadro 3 a seguir apresentam-se os quantitativos dos processos inspecionados durante as quatro inspeções realizadas na gestão do Ministro Corregedor-Geral Og Fernandes.

Quadro 3— quantitativo das inspeções

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL	TOTAL DE PROCESSOS INSPECIONADOS
2ª Região	1.586
3ª Região	4.922
4ª Região	1.330
5ª Região	1.352
Total geral	9.190

Dados fornecidos pela Coordenadoria de Feitos Administrativos

CORREIÇÕES

O Ministro Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 11.798, de 29 de outubro de 2008, realizou correições extraordinárias nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões.

TRANSPARÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Como resultado das inspeções e correições, são produzidos relatórios contendo recomendações para o aprimoramento e a eficácia dos serviços de administração judiciária dos tribunais regionais federais.

Ao publicar os relatórios no Portal do Conselho da Justiça Federal, a Corregedoria promove a transparência de sua metodologia de fiscalização e a prestação de contas dos resultados obtidos.

Qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil pode ter acesso aos resultados das inspeções e correições pelo endereço eletrônico <http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-geral/relatorio-de-inspecoes>

AUTOINSPEÇÕES

A autoinspeção tem por finalidade o conhecimento próprio das gestões administrativas em cada tribunal. Coordenado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o sistema de autoinspeção aplica-se internamente no âmbito dos cinco tribunais regionais federais. Esse procedimento está disciplinado pelos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal de ns. 17, de 16/12/2014 e 19, de 6/5/2015. As autoinspeções são realizadas de dois em dois anos.

Nas autoinspeções foram cumpridos os procedimentos de instauração, acompanhamento e finalização. Os feitos com retardo de tramitação nos tribunais passaram a integrar lista futura para a inspeção ordinária. As medidas de acompanhamento das informações prestadas são adotadas sistematicamente pela Secretaria da Corregedoria-Geral.

Durante a gestão do Ministro Og Fernandes, a autoinspeção ocorreu no TRF da 5ª Região.

ASSESSORIA ESPECIAL

A Assessoria Especial da Corregedoria-Geral da Justiça Federal acompanhou e desenvolveu, juntamente com outras áreas do CJF, o sistema de inspeção e autoinspeção, bem como cuidou das rotinas internas auxiliando magistrados e servidores no uso dos sistemas informatizados.

Realizou o planejamento e a execução do desenvolvimento de alguns sistemas informatizados nacionais voltados para a melhoria da produtividade e dos controles na Justiça Federal.

Sistemas internos

A Assessoria Especial gerenciou os sistemas de inspeção da Corregedoria, e, por conseguinte, realizou modificações estruturais no sistema a fim de aprimorar as práticas das inspeções nos Tribunais Regionais Federais.

Reformularam-se os questionários utilizados nas inspeções.

A Assessoria atuou no planejamento e preparo das inspeções nos tribunais regionais federais das 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões e das correições extraordinárias nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões.

Foram inspecionados os sistemas judiciais eletrônicos dos TRFs.

Durante o período de outubro de 2015 a agosto de 2016, implementou-se o sistema eletrônico de gerenciamento das autoinspeções nos gabinetes dos desembargadores federais dos cinco Tribunais Regionais Federais, as quais foram todas executadas *on-line* e sem duplicação de trabalho.

Sistemas externos

No período de outubro de 2015 a agosto de 2016, foram executadas as seguintes atividades relativas aos sistemas da Justiça Federal:

- ✓ Acompanhamento do sistema de envio de processos ao Superior Tribunal de Justiça, sob execução da Turma Nacional de Uniformização. Reconfiguração do Sistema de Agendamento de Videoconferência – SAV, que disciplina as oitivas

por videoconferência na Justiça Federal. Planejamento e total execução do treinamento no SAV para usuários de 25 varas da Justiça Federal;

- ✓ Planejamento do desenvolvimento e levantamento de casos de uso e funcionalidades do sistema específico de emissão de alvará de soltura eletrônico, que será implantado, em fase piloto, inicialmente na Seção Judiciária de Minas Gerais;
- ✓ Acompanhamento dos Acordos de Cooperação Técnica entre o CJF e o Ministério da Justiça, o Ministério do Planejamento, a Polícia Federal, o SERPRO e o Superior Tribunal de Justiça.

ESTATÍSTICAS

A Estatística é uma ferramenta de controle, por excelência, das ações da Corregedoria-Geral da Justiça Federal no processo de tomada de decisão. Assim, a Coordenadoria de Estatística, que presta auxílio à atividade correicional, efetuou as seguintes ações no período outubro de 2015 a agosto de 2016:

- ✓ Gerenciamento, processamento e publicação de dados estatísticos para atendimento à demanda por informação:
1. Coleta, tabulação e divulgação de estatísticas processuais dos Tribunais Regionais Federais e seções judiciárias no Portal do Conselho da Justiça Federal;
 2. Consolidação de informações das cinco regiões judiciárias para uso em pesquisas do CJF e órgãos externos;
 3. Consultoria na avaliação de indicadores de desenvolvimento institucional junto à Coordenadoria de Gestão Estratégica;
 4. Elaboração de pareceres estatísticos.

- ✓ Reuniões para tratar do cronograma das autoinspeções realizadas nos Tribunais Regionais Federais das 2ª e 5ª Regiões, ocorridas nos meses de outubro e novembro de 2015, bem como solicitação da massa de dados para seleção dos processos e sua disponibilização a cada gabinete.
- ✓ Auxílio aos gabinetes de cada Tribunal Regional Federal nos trabalhos de autoinspeção quanto a utilização da ferramenta (*hotsite*) repositória dos dados e relatórios.
- ✓ Preparação das estatísticas do Provimento n. 9 do CJF para subsidiar os trabalhos das equipes de inspeção com todos os dados necessários para o desenvolvimento de seus relatórios (tabelas e gráficos). No período de fevereiro a agosto de 2016 tais informações foram disponibilizadas para realização das inspeções nos Tribunais das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões.
- ✓ Seleção das amostras de processos objetos da inspeção de cada gabinete e secretaria que compõem os tribunais. Essa amostragem é realizada a partir de ampla base de dados composta por diversos parâmetros que permitem a aferição, a partir de metodologia predefinida, de situações que justifiquem a seleção de cada processo.
- ✓ Atuação nas inspeções realizadas nos Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, subsidiando as equipes com estatísticas processuais dos gabinetes e unidades processantes e contribuindo no planejamento, no controle e no armazenamento das informações.
- ✓ Elaboração dos relatórios de todas as inspeções ocorridas em 2016, tanto na etapa inicial, cujos modelos previstos para gabinetes e secretarias são alimentados previamente com dados estatísticos e análises gráficas, quanto na final, com a elaboração das análises consolidadas das estatísticas do tribunal.
- ✓ Participação em reuniões com a Secretaria de Desenvolvimento Institucional do CJF para discussão do projeto de criação, pela Coordenadoria de Estatística, da

base de dados da movimentação processual da Justiça Federal de 1ª e 2ª instâncias para compor publicações do Observatório Geral da Justiça Federal.

- ✓ Elaboração das estatísticas consolidadas de arrecadação da Justiça Federal e sua disponibilização para os cinco tribunais regionais federais. Esses dados são utilizados pelos tribunais para alimentar o sistema “Justiça em Números” do CNJ.
- ✓ Consultorias para aprimoramento de questionários de avaliação aplicados pelo CEJ, e para a realização de estudos que envolvam base de dados e análises estatísticas.



TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

O presente relatório traz os dados estatísticos da Turma Nacional de Uniformização – TNU, as questões ventiladas no âmbito da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais, as ações e os projetos referentes à gestão do Ministro Og Fernandes, no período compreendido entre 5/10/2015 e 30/8/2016, em que esteve à frente da Presidência da TNU e da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais

A Secretaria da Turma Nacional de Uniformização desempenha atribuições relativas ao processamento dos incidentes de uniformização; bem como à divulgação da jurisprudência da TNU por meio do Diário Oficial da União, das Bases de Dados de Jurisprudência (unificada e da TNU), do Quadro de Representativos e do Boletim Interno da TNU.

Incumbe ainda desenvolver projetos que visam o aprimoramento e a otimização das atividades cartorárias, assim como a melhoraria dos veículos de divulgação dos julgados, dentre outros.

Diante do exposto, seguem os dados estatísticos relativos ao período de 5 de outubro de 2015 a 17 de agosto de 2016:

Sessões ordinárias de julgamento da TNU	10
Processos recebidos	28.156 (5.540 - PJe)
Processos autuados/registrados	23.607
Processos distribuídos (*)	18.880 (57 - PJe)
Processos redistribuídos	1.276
Processos julgados pela TNU	9.934 (1 - PJe)
Sumulas aprovadas	2
Decisões do Presidente da Turma (*)	33.220 (2.240 - PJe)
Despachos do Presidente da Turma	101
Decisões juízes relatores	1.398
Despachos juízes relatores	397

Acórdãos publicados	3.831
Decisões/despachos publicados	18.483
Processos remetidos/baixados à turma recursal	15.606
Processos remetidos à turma regional	20
Processos remetidos ao STF	20
Processos remetidos ao STJ	99
Processos em tramitação	33.979

(*) no mês de dezembro, por motivo da ação integrada para julgamento de processos, foram proferidas 12.000 decisões determinando distribuição.

1. PROJETOS E AÇÕES

EVENTO INÉDITO NO CJF (reunião de trabalho em 9/12/2015: *Diálogos e Cooperação do Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais*) – contou com a participação de magistrados e assessores ligados ao sistema recursal dos juizados. Teve como objetivo proporcionar um fórum de debates sobre o processamento e a análise dos pedidos de uniformização na origem, com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

MUTIRÃO – edição da Portaria da Corregedoria-Geral n. 493, de 18/11/2015, que dispôs sobre a realização de mutirão na TNU como ação emergencial, diante do volume processual. No período compreendido entre 1º fevereiro e 29 de julho de 2016, a TNU realizou esforço concentrado para apreciação de doze mil processos pelos juízes titulares e suplentes que integram o órgão colegiado, sem prejuízo da jurisdição originária.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe) NA TNU – o PJe foi totalmente implantado na TNU e devidamente configurado para recebimento de autos oriundos das cinco regiões.

No presente momento, as 2ª e 4ª Regiões conseguiram estabelecer conexão de envio de processos, via Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI. Atualmente tramitam 4.896 processos no PJe.

Com relação à 3ª Região, as operações de envio e de recebimento de processos estão em fase de testes e ajustes de configurações. As 1ª e 5ª Regiões encontram-se em fase final de conclusão do MNI para posterior remessa em ambiente de homologação.

Vale frisar que o Sistema *Virtus* está bloqueado para recebimento de processos, por força da Portaria n. 006/2016 da Corregedoria-Geral. Contudo, os processos ora em tramitação seguirão até a baixa no referido sistema.

BOLETIM DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO – são destacadas as mais recentes decisões de relevo da TNU de cada sessão de julgamento. O objetivo é dar publicidade e pronta divulgação dessas decisões no Portal do Conselho da Justiça Federal, além de enviá-lo diretamente aos juízes integrantes das turmas recursais por meio eletrônico.

Foram publicados, até a presente data, os Boletins de ns. 1 a 7 no referido Portal, referentes às sessões de 11/12/2015, 18/2/2016, 16/3/2016, 14/4/2016, 12/5/2016, 16/6/2016 e 20/7/2016, respectivamente.

COMENTÁRIOS ÀS SÚMULAS DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO – lançado em abril do corrente ano, a obra dedica-se ao estudo e à análise dos precedentes sumulares formados pela TNU e tem por propósito o compartilhamento das visões e experiências alcançadas por magistrados em demandas frequentes no âmbito dos juizados especiais federais.

EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2016/00392, DE 19 DE ABRIL DE 2016, QUE ALTEROU DISPOSITIVOS NO REGIMENTO INTERNO DA TNU – destacam-se os seguintes dispositivos desse ato normativo: incidente de resolução de demandas repetitivas; agravo interno contra decisão de inadmissão de pedido de uniformização fundado em representativo de controvérsia ou súmula da TNU, a ser julgado pelas próprias turmas recursais; e contagem dos prazos processuais em dias úteis.

EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2016/00393, DE 19 DE ABRIL DE 2016, QUE ALTEROU DISPOSITIVOS NA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2015/00347 (COMPATIBILIZAÇÃO DOS REGIMENTOS INTERNOS DAS TURMAS RECURSAIS E REGIONAIS DE UNIFORMIZAÇÃO) – destacam-se os seguintes dispositivos desse ato normativo: incidente de resolução de demandas repetitivas; agravo interno contra decisão de inadmissão de pedido de uniformização fundado em representativo de controvérsia ou súmula da TNU, a ser julgado pelas próprias turmas recursais; e contagem dos prazos processuais em dias úteis.

CONVOCAÇÃO DE MAGISTRADO PARA PRESTAR AUXÍLIO À TNU (RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2015/00367, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015) – inclusão de dispositivo no Regimento Interno da TNU (art. 8º, inc. XIII), que disciplina a convocação de magistrado federal para coordenar atividades administrativas da competência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, com prazo certo e sem prejuízo da jurisdição.

2. PROJETOS EM ANDAMENTO

- Aprimoramento do sistema de jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - instituição de grupo de trabalho integrado por três juízes federais e uma servidora, com o objetivo de elaborar as “teses firmadas dos representativos de controvérsia”, a partir da elaboração de enunciados. A reunião ocorreu no período de 24 a 26 de agosto do corrente ano, na sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília.

- Criação de um núcleo para a análise das demandas repetitivas e para a triagem de processos cujas teses já foram pacificadas pela TNU, por tribunal superior ou que não podem ser admitidos por algum óbice processual.

- Proposta de realização de audiência pública dos JEFs no CJF, prevista para ocorrer no segundo semestre deste ano, convidando vários segmentos da sociedade e representantes de órgãos públicos e privados para discutirem questões afetas aos juizados especiais federais.

3. COMISSÃO PERMANENTE DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

A Comissão Permanente dos JEFs (Resolução CJF n. 315, de 23 de maio de 2003), presidida pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal e integrada pelos coordenadores regionais do JEFs e pelo Presidente da Ajufe, tem por objetivo aprovar planos de trabalho de interesse de mais de uma região e sugerir medidas que devam ser submetidas ao Conselho da Justiça Federal quanto à uniformização dos serviços dos juizados especiais federais.

A comissão deliberou, na reunião do dia 2 de agosto do corrente ano, na sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília, os seguintes tópicos:

- Padronização de hipótese de cabimento de recurso contra sentença que extingue o processo sem julgamento de mérito. Proposta de inclusão de dispositivo na Resolução n. 347/2015 (compatibilização dos regimentos internos de turmas regionais de uniformização e das turmas recursais) acerca da previsão do cabimento de recurso denominado de todo tipo de sentença.

- Proposta de inclusão de dispositivo na Resolução n. 347/2015 no sentido de não cabimento do incidente regional se a decisão da turma recursal estiver em consonância com súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização.

- Encaminhamento de expediente, pela Corregedoria-Geral, no sentido de observância da contagem dos prazos processuais no âmbito dos JEFs, conforme normatizado nas Resoluções ns. 345 (RITNU) e 347/2015 do CJF, em dias úteis, até posterior alteração legislativa, impulsionado pelo anteprojeto de lei da AJUFE.

- Encaminhamento de expediente, pela Corregedoria-Geral, às presidências das turmas recursais para que sejam observados os dispositivos do Regimento Interno da TNU, especialmente no que se refere ao §2º do art. 15 (agravo interno).

- Encaminhamento de nota técnica ao Congresso Nacional de forma a propor alteração da redação do art. 6º da Lei n. 12.665/2012 (Substitutivo ao PL n. 5.826/2013), que regulamenta a suplência nas turmas recursais, de forma a permitir que os tribunais regionais federais convoquem para substituição, preferencialmente, juízes federais de juizados especiais federais.

- Proposta de alteração legislativa em trâmite no Congresso (PL 5.826/2013), que trata da alteração das Leis n. 10.259/2001 e n. 12.665/2012, no que se refere à extinção das turmas regionais de uniformização. Encaminhamento de expediente às coordenadorias dos JEFs das cinco Regiões, consultando os juízes federais integrantes do sistema recursal dos JEFs para que se manifestem, no prazo de 10 dias, acerca da matéria.

- O Centro de Estudos Judiciários/CEJ, em parceria com a Secretaria de Estratégia e Governança, desenvolverá projeto para implantação e monitoramento de modelos pilotos de secretarias únicas para as seções judiciárias com mais de um juizado especial federal e setor único de perícias às expensas do INSS.

- Realização, pela Secretaria de Estratégia e Governança/CJF, de novos estudos sobre a proposta que cria cargos e funções para as turmas recursais (objeto da reunião da Comissão de 1º/12/2014) para posterior deliberação.

- Padronização dos laudos periciais no âmbito dos juizados especiais federais.

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

São apresentadas, a seguir, as principais atividades realizadas pelo Centro de Estudos Judiciários do CJF durante a gestão do Ministro Og Fernandes.

Destacam-se, nessa gestão, as iniciativas de diferentes grupos de trabalho que se reuniram sob a coordenação do CEJ, a exemplo do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação e o Grupo de Trabalho Conciliação e o Sistema Financeiro da Habitação.

Na área de estudos e pesquisas, mencionem-se a realização de estudos sobre a atratividade dos magistrados federais na carreira, o recrutamento dos magistrados federais e a satisfação dos magistrados federais com a formação inicial.

O CEJ realizou ainda, no período, uma série de eventos internos e externos, dentre cursos, seminários e encontros, de grande importância para o aprimoramento dos conhecimentos de magistrados e servidores, destacando-se o Seminário Internacional de Direito do Consumidor: 25 anos do Código de Defesa do Consumidor e o STJ, o Seminário “O Brasil e a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado”, e o Encontro Ítalo-Brasileiro: Operação Mãos Limpas e o Combate à Corrupção.

1. COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

COMISSÃO DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA – CEMAF

Foram realizadas reuniões do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e Pesquisa em 19 de abril de 2016, bem como do Conselho das Escolas da Magistratura Federal em 18 de abril de 2016, ambas vinculadas às escolas de magistratura federal, para tratar das diretrizes gerais do Plano Nacional de

Aperfeiçoamento e Pesquisa de Magistrados e assuntos de interesse comum das atividades das escolas.

PLANO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DOS JUÍZES FEDERAIS – PNA

Foram elaborados indicadores para acompanhamento dos objetivos do PNA, tendo sido realizada a primeira coleta de informações para subsidiar a análise das ações realizadas. O relatório está em análise nas escolas de magistratura federal e a proposta de outros indicadores serão apresentados na próxima reunião presencial.

COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO

Foi realizada reunião no dia 7 de março de 2016, com a participação de desembargadores representantes das cinco regiões da Justiça Federal, para tratar da revisão dos conteúdos programáticos definidos na Resolução CJF n. 67/2009, tendo sido aprovada pelo Colegiado do CJF a alteração da resolução.

FÓRUM PERMANENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

Reunião realizada no dia 9 de novembro de 2015, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Estiveram presentes membros do Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal, para tratar dos temas a serem abordados no VII Workshop do Sistema Penitenciário Federal, realizado no período de 22 a 24 de junho de 2016, em Brasília, DF.

FÓRUM NACIONAL PREVIDENCIÁRIO E DA CONCILIAÇÃO

O CEJ participa da implantação da política de conciliação no âmbito da Justiça Federal, aprovada pela Resolução CJF-RES-2016/00398, secretariando o Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação, instituído pela Resolução CJF-RES-2016/00397, que tem por objetivo ampliar a discussão sobre o aperfeiçoamento de práticas e procedimentos das demandas previdenciárias e da conciliação na Justiça Federal, facilitando a interlocução e fomentando a postura de colaboração entre as partes envolvidas, com vistas à célere e efetiva resolução dos processos que lhe são afetos. A reunião inaugural ocorreu em 13 de junho de 2016, tendo como deliberações:

- a) o estudo para a adoção e eventuais adaptações dos instrumentos da condição de deficiência constantes na Portaria Conjunta MDS/INSS n. 2/2015 (deliberação em andamento); e
- b) o encaminhamento ao CNJ de proposição para que, enquanto não houver remuneração para os conciliadores da Justiça Federal, como regra de transição, seja possível a formação, como conciliador, de servidor de nível médio ou estudante de direito (ofício encaminhado).

GRUPO DE TRABALHO CONCILIAÇÃO E O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

O grupo realizou em 29 de junho de 2016 reunião para discutir os principais problemas enfrentados para concretizar a prática da conciliação entre a Justiça Federal, a Caixa Econômica Federal - CEF e a Empresa Gestora de Ativos – Emgea,

Na reunião, foram discutidos os seguintes tópicos:

- demanda da 5ª Região para que sejam discutidos problemas como vícios de construção nos imóveis e alegações de danos morais;
- projeto de conciliação virtual;
- aprimoramento da política de conciliação nas regiões;
- realização de mutirão nacional de conciliação com processos envolvendo a CEF e a Emgea;
- estabelecimento de acordo de cooperação entre o CEJ, a CEF e a Emgea, para a realização de cursos de aperfeiçoamento;
- realização de reunião de trabalho entre juízes federais, corregedorias regionais dos tribunais regionais federais e os núcleos e os centros de conciliação, em cada região.

GRUPO DE TRABALHO ENFAM/CEJ SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Instituído pela Portaria Conjunta n. 01 ENFAM/CJF, de 4 de abril de 2016, tem por objetivo criar mecanismos para que os JEFs se tornarem mais céleres, informais, e com pouca burocracia, além da necessidade do cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ que tratam de prazo para realização de audiências e da redução de 70% do acervo atual nas turmas recursais. Foram realizadas reuniões nos dias 20 de junho, 18 de julho e 1º de agosto; com as seguintes deliberações:

- a)** elaboração de projeto para replicar a experiência do NURER nas turmas recursais e Turma Nacional de Uniformização e de projeto de curso para formação em admissibilidade com desenvolvimento de modelos pedagógicos para as turmas recursais e Turma Nacional de Uniformização;
- b)** desenvolvimento do curso de formação de peritos, com auxílio dos juízes membros deste grupo de trabalho e do encontro estratégico com os juízes federais dos JEFs e turmas recursais, bem como identificação dos projetos de lei sobre os JEFs e turmas recursais em tramitação e as alterações legislativas ou normativas necessárias para uniformização de procedimentos;
- c)** realização de audiência pública para discutir os Juizados Especiais Federais, em 25 de agosto de 2016;
- d)** proposta de criação do Fórum Virtual permanente do Sistema Recursal.

No dia 2 de agosto, a reunião foi realizada em conjunto com a da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais, que teve como deliberação para o CEJ:

- a)** desenvolver projeto para implantação e monitoramento de modelos pilotos de secretarias únicas para os Juizados Especiais Federais e
- b)** auxiliar, como unidade responsável pelo COGETAB (gestão de tabelas processuais), as reuniões do Comitê Nacional do PJe na gerência das tabelas de documentos.

PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL – PNC

O Comitê Técnico-Operativo do Programa Nacional de Capacitação/PNC, realizou várias reuniões virtuais para discutir a revisão do projeto político-pedagógico para capacitação dos servidores da Justiça Federal e a alteração da Resolução CJF n. 536/2006, que normatiza o PNC. A Resolução foi aprovada e tem como anexo o Projeto Político-Pedagógico para capacitação dos servidores do Conselho e da Justiça Federal.

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

O CEJ analisou os processos de concessão de adicional de qualificação de ações de treinamento e de pós-graduação apresentados durante a gestão do Ministro Og Fernandes, no intuito de verificar a correlação da certificação com o interesse da Justiça Federal. Também foram analisadas e realizadas reuniões para melhoria do processo de trabalho AQ, considerado como processo crítico no CJF e, após aprovado, divulgado amplamente para os servidores do CJF.

Foi desenvolvido ainda o projeto de manutenção adaptativa e evolutiva do Sistema de Gerenciamento dos Eventos para integração com o Sistema de Gestão de Recursos Humanos para melhoria do fluxo do AQ e também para melhorias no gerenciamento dos eventos. Referido projeto encontra-se na Secretaria de Tecnologia da Informação - STI para aprovação do Comitê Gestor de TI.

2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

PUBLICAÇÕES CEJ

As publicações do CEJ têm, em média, uma tiragem impressa de 2.500 exemplares, e todas encontram-se disponíveis, na íntegra, no *site* do Conselho da Justiça Federal e também desde 2013, para leitura em dispositivos móveis (smartphones e tablets).

REVISTA CEJ

Periódico quadrimestral, que se encontra em seu 20º ano de edição.

- Edição n. 67 – edição temática sobre o Novo Código de Processo Civil, divulgada e expedida em março de 2016.
- Edição n. 68 – divulgada e expedida em junho de 2016.
- Edição n. 69 – edição especial dos 50 anos do CJF. Encontra-se em fase de diagramação, com previsão para ser divulgada em agosto de 2016.

SÉRIE MONOGRAFIAS DO CEJ

Coleção que divulga dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre temas relevantes para o Judiciário, em especial para a Justiça Federal. Em dezembro de 2015 foi lançado o primeiro edital de chamada para publicação na Série Monografias. Foram recebidos 32 trabalhos e selecionados quatro para publicação em 2016.

Volume 21 - Juizado Especial Federal: *contributo para um modelo democrático de justiça conciliativa*, de Paulo Afonso Brum Vaz – editado e divulgado em junho de 2016.

Volume 22 - *A credibilidade de Têmis e a argumentação jurídica: medidas endojudiciais e extrajudiciais*, de Victor Roberto Corrêa de Souza – editado, em fase de impressão na gráfica do CJF.

PUBLICAÇÕES AVULSAS

Comentários às Súmulas da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – editada e divulgada em abril de 2016.

VII Jornada de Direito Civil – Compilação dos enunciados aprovados, com suas respectivas justificativas. Editada e divulgada em janeiro de 2016.

PEÇAS DE DIVULGAÇÃO DE EVENTOS – Foi confeccionada uma média de 120 artes e projetos gráficos, incluindo a criação de ilustrações para miolo e capa de publicações, criação de artes e/ou confecção de folders, cartazes, crachás, prismas, certificados, banners, cartões e convites para eventos realizados pelo CEJ.

REVISÕES DE TEXTOS - Foram realizados vários serviços de revisão de textos para os trabalhos do CEJ e do CJF.

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JUIZ FEDERAL – CAJU

A Central de Atendimento ao Juiz Federal disponibiliza aos magistrados vários serviços em sua página na internet, como informações e pesquisas sobre doutrina, legislação e jurisprudência para o auxílio nos julgamentos e, também, para a atualização dos seus conhecimentos, mediante o fornecimento de material para a elaboração de teses, palestras, conferências etc.

Realizou uma média de 172 atendimentos mensais, entre pesquisas de doutrina, jurisprudência e legislação demandadas pelos juízes federais, tendo realizado, durante o período de outubro de 2015 até agosto de 2016 um total de aproximadamente 1.700 atendimentos.

Informativo Eletrônico da Central de Atendimento ao Juiz Federal – InfoCAJU

O InfoCAJU divulga as mais relevantes e recentes informações jurídicas, buscando em sites institucionais, como os do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, as notícias de interesse do Judiciário Federal.

BIBLIOTECA

Foi reocupado o espaço do acervo da biblioteca que estava temporariamente cedido para uso do STJ. O espaço foi devolvido na última semana útil de dezembro e, em 29 de fevereiro, todo o acervo de livros e periódicos estava devidamente montado, faltando apenas a redistribuição do espaço físico da Biblioteca, com a montagem das salas de estudos, de reunião e o espaço de acesso digital.

Ampliou-se ainda o acesso às informações prestadas pela biblioteca por meio da divulgação do *DOU Informe* no site do CJF - é um informativo com os principais atos normativos publicados no Diário Oficial da União de cada dia, com link de acesso ao inteiro teor e das principais notícias publicadas nos sites dos tribunais superiores e conselhos;

Atendimentos: Foram realizados 2941 atendimentos de sumários destinados aos juízes federais, pesquisas às bibliotecas da Justiça Federal,

solicitações de artigos e capítulos de livros às outras bibliotecas jurídicas, empréstimos de obras, empréstimos interbibliotecas e serviços reprográficos.

DOU INFORME - Foram publicados 209 boletins por meio dos e-mails cadastrados na lista *douinforme-l@justicafederal.jus.br*.

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – Incluíram-se no aplicativo de consulta aos Atos Normativos 369 atos normativos, entre resoluções, portarias, termos de apostilamento e instruções normativas do Conselho da Justiça Federal.

SUMÁRIOS CORRENTES DE PERIÓDICOS - Foram disseminados 3.412 artigos de periódicos e 402 títulos de periódicos nos sumários, para acesso e leitura pelos juízes federais.

PROCESSAMENTO TÉCNICO DE LIVROS E PERIÓDICOS: Foram processados 560 livros novos, 15 títulos novos de periódicos e indexados 265 artigos, capítulos e multimeios no acervo bibliográfico.

3. GESTÃO DOCUMENTAL

COGETAB – Realizou-se reunião presencial, em Brasília, dos magistrados que compõem o Comitê Gestor das Tabelas Processuais – Cogetab, para discutir a necessidade de alterações nas tabelas processuais da Justiça Federal em face da entrada em vigor do novo CPC e da proposta de projeto estratégico para implantação das tabelas da Justiça Federal no PJe.

Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal – COGED – Realizou-se reunião do Coged para discutir a necessidade de atualização da Resolução n. 318 do CJP, que dispõe sobre as normas de gestão documental para a Justiça Federal de 1º e 2º graus, em face da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil; e a reunião do Subcomitê de Revisão e Atualização do Plano de Classificação e Tabela

de Temporalidade dos Documentos Administrativos da Justiça Federal - PCTT, para discussão e análise das demandas enviadas pelas regiões.

4. ESTUDOS E PESQUISAS

ATRATIVIDADE DOS MAGISTRADOS FEDERAIS NA CARREIRA – Projeto estratégico da Justiça Federal, para o qual está sendo elaborado o plano do projeto. Para elaboração da hipótese a ser pesquisada, foi realizada uma coleta, junto aos tribunais regionais federais, dos dados referentes ao quantitativo de magistrados federais que, durante os últimos cinco anos, pediram exoneração do cargo para atuar em outra carreira pública ou privada, sem aposentadoria. Com base nessas informações, estão sendo realizadas entrevistas com juízes para elaboração da hipótese de correlação entre a atratividade e a produtividade.

RECRUTAMENTO DOS MAGISTRADOS FEDERAIS – Foram realizadas coletas de informações sobre os últimos concursos realizados para análise de como o recrutamento está sendo realizado nas cinco regiões e a relação com o número excessivo de vagas não preenchidas.

SATISFAÇÃO DOS MAGISTRADOS FEDERAIS COM A FORMAÇÃO INICIAL – Os estudos buscam verificar como está a formação inicial realizada nas cinco regiões, no que se refere ao conteúdo, custos, carga horária e metodologia, e, principalmente, o impacto dessa formação no trabalho. O projeto aprovado será desenvolvido pelas escolas da magistratura federal e os resultados encaminhados ao CEJ para análise e apresentação de relatório final ao CEMAF/CTAP.

SATISFAÇÃO DOS MAGISTRADOS FEDERAIS COM A FORMAÇÃO CONTINUADA – Os estudos buscam verificar o impacto das ações de aperfeiçoamento no trabalho, por meio da satisfação dos magistrados federais. O projeto aprovado será desenvolvido pelo CEJ por meio da plataforma Moodle, em sua primeira etapa, e após reuniões de grupos focais, será desenvolvido instrumento a ser aplicado a todos os magistrados federais.

SECRETARIAS ÚNICAS PARA OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – Proposta deliberada na reunião da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais e do Grupo de Trabalho Enfam/CEJ para elaboração de projeto de estudos para

implantação e monitoramento de secretarias únicas, como modelo padrão, nos JEFs, pelo menos um piloto em cada região. Projeto aprovado.

DEMANDAS REPETITIVAS – Projeto estratégico da Justiça Federal, com plano de trabalho finalizado, apoio financeiro acordado, equipe e cronograma definidos, em fase de contratação com a Universidade de Brasília para início dos trabalhos.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA ÁREAS ESTRATÉGICAS: Juizados Especiais Federais, das Demandas Repetitivas e da Conciliação/Mediação na Justiça Federal – O CEJ assumiu a responsabilidade de atuar com núcleo de estudos e pesquisa para auxiliar na melhoria e monitoramento de três áreas estratégicas:

1. Os juizados especiais federais pelo desvio de sua finalidade, em especial no Sistema da Turma Recursal.
2. As demandas repetitivas, as quais, após a conclusão da pesquisa, deverão ser monitoradas para a celeridade judicial.
3. A conciliação/mediação, com o projeto estratégico para ampliação das ações e melhorias de processos e estrutura, é uma área de estudos e acompanhamento para efetividade da política de implantação dessa solução alternativa de litígios no âmbito da Justiça Federal.

Foram realizadas videoconferências para conhecer melhor o funcionamento dessas áreas e elaborada página no portal do CJF para apresentação das informações e sugestões de melhoria.

5. EDUCAÇÃO NO TRABALHO

EVENTOS ESPECIAIS

1. Apoio: IV Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário – realizado no período de 18 a 20 de novembro de 2015, no auditório da Associação Médica de Brasília, realizado pelo Superior Tribunal Militar – STM, com o objetivo de

capacitar servidores e colaboradores do Poder Judiciário a atuarem com eficiência e segurança na gestão de documentos digitais.

2. Os Desafios da Judicialização da Defesa da Concorrência, da Regulação e do Comércio Internacional – realizado nos dias 12 e 13 de novembro de 2015, no auditório do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB, tendo como realizadores a Ordem dos Advogados do Brasil e o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – CEDES, com parceria do Conselho da Justiça Federal, Superior Tribunal de Justiça e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, apoio da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE. O encontro teve o objetivo de debater a judicialização das decisões proferidas pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, pelas agências reguladoras, bem como pelas oriundas do segmento do comércio internacional.

3. Seminário Internacional de Direito do Consumidor – 25 Anos do Código de Defesa do Consumidor e o STJ - realizado nos dias 16 e 17 de novembro de 2015 em conjunto com o Superior Tribunal de Justiça, com parceria da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – Brasilcon. Também contou com o apoio da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, Consumers International – CI, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Câmara de Comércio Exterior – CAMEX e Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor – Senacon, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de expor o panorama atual no tocante à aplicação do Direito do Consumidor no sistema jurídico nacional e estrangeiro, analisando as principais questões controvertidas na doutrina e na jurisprudência, por meio de painéis compostos de palestrantes e debatedores, mediados por presidentes de mesa, contando com a participação de alguns dos mais renomados especialistas – nacionais e estrangeiros – em Direito do Consumidor, além da homenagem a Ministros aposentados do STJ que contribuíram de maneira especial para o desenvolvimento do direito consumerista no Brasil.

4. Seminário O Brasil e a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado – ocorreu no período de 23 a 24 de novembro de 2015, no auditório do Conselho da Justiça Federal, em parceria com o Superior Tribunal de Justiça, a

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, o Ministério da Justiça, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o Ministério Público Federal e a Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe. Teve o objetivo de propiciar a interpretação e a aplicação efetiva das convenções internacionais elaboradas no âmbito da Conferência da Haia, tais como: cooperação internacional e proteção de crianças e adolescentes em matéria de adoção internacional, aspectos civis do sequestro internacional de crianças e acesso internacional à Justiça.

5. *Diálogos e cooperação no sistema recursal dos juizados especiais federais* – realizado no dia 9 de dezembro de 2015 no auditório e nas salas de aula do Conselho da Justiça Federal. Teve o objetivo de debater o processamento e a análise dos pedidos de uniformização na origem, com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional

6. *Apoio e representação do CEJ no Congresso Ítalo Brasileiro de Direito Contemporâneo* – realizado no período de 1º a 3 de fevereiro de 2016, na cidade de Recife/PE, pela Escola da Magistratura Federal da 5ª Região.

7. *Seminário O papel do STJ na arbitragem doméstica e internacional* – realizado no dia 14 de março de 2016, no auditório do Conselho da Justiça Federal, em parceria com o STJ, a Enfam, a Ajufe, a Fundação Getúlio Vargas – FGV e o Instituto INNOVARE. Teve o objetivo de reforçar a importância da arbitragem como método alternativo de solução de litígios e destacar o papel do STJ na consolidação da jurisprudência em temas relativos à arbitragem.

8. *Encontro Ítalo-Brasileiro: Operação Mãos Limpas e Combate à Corrupção* – realizado no dia 27 de abril de 2016, em conjunto com o STJ e em parceria com a Enfam, a Ajufe, a Fundação Getúlio Vargas – FGV e o Instituto INNOVARE, no dia 27 de abril de 2016 no auditório externo do STJ. Teve por objetivo permitir ao público alvo obter conhecimento e debater temas relevantes e atuais de interesse dos ordenamentos jurídicos Italiano e brasileiro em caráter comparado, visando a atualização e a melhor qualificação dos profissionais e estudantes de Direito.

9. Conciliação e o novo Código de Processo Civil – ação realizada em 12 e 13 de maio de 2016, em parceria com o STJ, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam e a Ajufe, no auditório e salas do Conselho da Justiça Federal. Teve por objetivo promover ampla discussão sobre os impactos das novas regras referentes à conciliação advindas do Código de Processo Civil/2015 e da sua regulamentação por parte do CNJ e CJF.

10. Seminário Resgate da Memória da Justiça Federal – 50 Anos da Lei 5.010/1966 – realizado no dia 31 de maio de 2016, no auditório do Conselho da Justiça Federal, em parceria com o STJ, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam e a Ajufe. Teve por objetivo resgatar a memória da Justiça Federal nos 50 anos da Lei 5.010/1966.

11. VII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal – realizado nos dias 15 e 16 de junho de 2016 no auditório do Conselho da Justiça Federal, em parceria com a Enfam, a Ajufe e Departamento Penitenciário Federal – DEPEN. Teve por objetivos: a realização de fórum com a participação ativa dos diversos atores do Sistema Penitenciário Federal, no sentido de aproximar, trocar idéias e experiências, debater e apresentar soluções e, principalmente, estabelecer uma comunicação recíproca e conhecer melhor a realidade dos diferentes órgãos que cuidam da execução penal no âmbito federal; a realização de seminário no intuito de comemorar os dez anos de implantação do Sistema Penitenciário Federal, proporcionando aos participantes aprofundamento quanto ao contexto e as peculiaridades de sua criação e debater sobre prazo de permanência em presídio; o projeto para alteração da Lei n. 11.671, de 2008; e o plano executivo de segurança orgânica e pessoal dos magistrados.

12. Seminário O Novo Código de Processo Civil – realizado no dia 15 de agosto de 2016, em parceria com a Escola da Magistratura Federal da 5ª Região, teve por objetivo atualizar as rotinas de trabalho nas unidades jurisdicionais de acordo com as regras do novo Código.

13. I Jornada *Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios* – realizada nos dias 22 e 23 de agosto de 2016, em parceria com a Enfam. Teve por objetivo delinear posições interpretativas sobre arbitragem, mediação e outras formas de soluções de conflitos, adequando-as às inovações legislativas, sobretudo o novo Código de Processo Civil, em vigor desde 18 de março de 2016, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir do debate entre especialistas e professores e produzir enunciados a serem publicados e divulgados sob a responsabilidade do Centro de Estudos Judiciários e supervisão da Coordenação Científica.

EVENTOS INTERNOS - PRESENCIAIS

1. **Palestra Conscientização em Segurança da Informação – Impactos e Riscos na Administração Pública** – realizada no dia 5 de novembro de 2015, teve por principal objetivo promover a conscientização dos gestores e servidores sobre a importância de prevenir riscos à segurança das informações corporativas bem como mitigar riscos e alertar para o uso disciplinado e sensato das informações corporativas e dos prejuízos que o uso indevido acarreta às instituições.
2. **Curso Básico sobre o Tesouro Gerencial** – realizado no Conselho da Justiça Federal, nos dias 9,11,12,13 de novembro de 2015, com o objetivo de proporcionar conhecimentos e habilidades básicas necessárias à utilização das ferramentas do Tesouro Gerencial.
3. **Curso sobre Acessibilidade Aplicada** - realizado no Conselho da Justiça Federal, nos dias 23 a 25 de novembro de 2015, teve o objetivo de propiciar aos servidores da Justiça Federal o aprimoramento dos conhecimentos na elaboração e na implementação de projetos de acessibilidade como meio de garantir que os prédios da Justiça Federal sejam todos acessíveis aos seus usuários.
4. **Curso sobre Aposentadoria, Pensão, Abono de Permanência, Contribuições e o Sistema SISAC** - realizado no Conselho da Justiça

Federal, no período de 1º a 3 de dezembro, com o objetivo de oferecer conhecimentos que possibilitem a aplicação correta das normas inerentes aos procedimentos concessórios de proventos de aposentadoria e pensões no serviço público, abono de permanência, e contribuições previdenciárias dos servidores públicos federais, bem como de discutir, analisar e orientar—quanto às normas e procedimentos que permitam aos servidores uma melhor otimização dos trabalhos com reflexos imediatos na produtividade da área responsável pela instrução dos atos de concessão, com destaque para o Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões – SISAC.

5. **Projeto Político-Pedagógico e Itinerários Formativos para Educação Corporativa - área capacitação** - realizado no Conselho da Justiça Federal, nos dias 26 a 28 de abril de 2016, com o objetivo de capacitar os participantes para organizar e implantar o processo de construção do projeto pedagógico que orientará as ações de educação corporativa para servidores a serem desenvolvidas no âmbito da Justiça Federal.
6. ***Curso de Formação Avançada de Instrutores para Formação de Conciliadores/Mediadores no âmbito da Justiça Federal*** – realizado no Conselho da Justiça Federal, nos dias 10 e 11 de maio de 2016, com o objetivo de proporcionar aos participantes formação avançada, em atendimento ao regulamento do CNJ, para habilitá-los a atuar como instrutores nos cursos de formação de conciliadores/mediadores.
7. **Curso Identificação de Métodos Empregados na Prática de Crimes Financeiros: Uma Abordagem da Perícia Criminal Federal** – realizado no Conselho da Justiça Federal, nos dias 19 e 20 de maio de 2016, com o objetivo de especificar a quesitação, aplicando o aprendizado contábil-pericial na solução dos casos concretos nos processos criminais da Justiça Federal.

EVENTOS INTERNOS A DISTÂNCIA (EaD)

1. **Curso Novo Código de Processo Civil - Procedimentos e Provas** – realizado no 16/11 a 14/12/2015, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho da Justiça Federal. Teve por objetivo interpretar e aplicar, na prática de seus processos, as novas regras procedimentais e as inovações atinentes à prova.
2. **Curso Formação de Conciliadores** Turmas 1 e 2 – realizadas no período de 15/10 a 11/12/2015, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho da Justiça Federal. Teve por objetivo capacitar servidores da Justiça Federal em aspectos práticos sobre a condução de sessões autocompositivas, consoante singularidades das principais questões atualmente passíveis de enfrentamento no âmbito da Justiça Federal.
3. **Curso Básico de Direito Previdenciário** – as turmas 1 e 2 do Curso Básico de Direito Previdenciário foram realizadas no período de 16/11 a 11/12/2015, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho da Justiça Federal. O objetivo foi proporcionar aos servidores da Justiça Federal as noções básicas sobre o Direito Previdenciário para desenvolverem atividades nas unidades jurisdicionais com competência previdenciária.
4. **Novo Código de Processo Civil - Institutos Fundamentais – Turma Ourinhos/SP** – turma realizada no período de 16/3 a 15/4/2016, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho da Justiça Federal. O objetivo do Curso 1 foi interpretar e aplicar, adequadamente, as novas regras fundamentais (principlológicas) do direito processual e aquelas que lhes são correlatas.
5. **Novo Código de Processo Civil - Procedimentos e Provas – Turma Ourinhos/SP** - turma realizada no período de 7/6 a 4/7/2016, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho da Justiça Federal. Teve por objetivo

interpretar e aplicar, na prática de seus processos, as novas regras procedimentais e as inovações atinentes à prova.

6. **Passaporte Gerencial - Turmas 1 e 2** – realizadas no período de 18/4 a 22/5/2016 e 08/6 a 11/7/2016, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho da Justiça Federal. Teve por objetivo proporcionar aos servidores da Justiça Federal as noções básicas sobre o Direito Previdenciário para desenvolverem atividades nas unidades jurisdicionais com competência previdenciária.
7. **Introdução à Gestão Documental no Poder Judiciário** – realizado no período de 2/5 a 3/6/2016, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho da Justiça Federal. Teve o objetivo de informar o que é gestão de documentos, detalhar o funcionamento do Proname, suas normas, os requisitos necessários à gestão documental e os instrumentos apropriados para o tratamento dos documentos de arquivo do Poder Judiciário.
8. **Introdução à Gestão Socioambiental – Turma I** - realizado no período de 21/6/5 a 20/6/2016, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho da Justiça Federal. O curso objetivou o desenvolvimento de competências que permitam aos participantes apropriarem-se da origem e dos conceitos de responsabilidade socioambiental para prepararem-se para atuar no futuro como gestores socioambientais em suas unidades de trabalho.
9. **Formação de Instrutores de Conciliação para atuar na EaD (Curso Teoria e Prática da Docência online** - Parte teórica (2/6 a 6/7/2016). Parte prática (1 a 12/8/2016). Teve por objetivo capacitar magistrados e servidores da Justiça Federal para exercerem a atividade de tutoria em cursos na modalidade a distância, envolvendo o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos alunos, bem como o desenvolvimento de habilidades para o uso dos recursos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem.

EVENTOS EXTERNOS

Destinados aos servidores do CJF, promovidos por outras instituições públicas e privadas

1. Curso Orientações para Realização de Oficina de Conteudistas (1º a 7/10/2015);
2. 36º Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão (7 a 9/10/2015);
3. 21ª Congresso ABED (25 a 29/10/2015);
4. 7ª Conferência Internacional para a Formação e Capacitação do Judiciário (8 a 12/11/2015);
5. 1º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno (17 a 19/11/2015);
6. Curso *Como Fica a Desoneração da Folha de Pagamento com a Lei 13.161/2015* (23/11/2015);
7. Oficina Social Mídia (25 e 26/11/2015);
8. Detalhando o eSocial para Órgãos Públicos (22 e 23/2/2016).
9. XIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas (28/3 a 1/4/2016);
10. Tesouro Gerencial (25 a 28/4/2016; 2 a 5/5/2016; 16 a 24/5/2016).

QUANTITATIVO DE CERTIFICAÇÕES EM EVENTOS INTERNOS (PRESENCIAIS E EAD) E EXTERNOS	
Servidores do Conselho e da Justiça Federal	1.341
Magistrados federais	170
Outros convidados	804
TOTAL	2.315